

FOTOS SHUTTERSTOCK

“Estas paredes são o meu mundo”

Maria vive como uma refugiada. Sete queixas por violência doméstica e quase um ano enclausurada em casas de abrigo com duas filhas: a de 8 anos tem medo de sair à rua, a de 18 meses não sabe o que é ir ao parque.

RICARDO DUARTE FREITAS
rfreitas@dnoticias.pt

Maria (nome fictício) está privada da liberdade que o ex-marido desfruta numa incessante e doentia busca do seu paradeiro. O ano lectivo está à beira de começar e o homem de 31 anos, sobre o qual pendem sete queixas por crime de maus tratos, já contactou as secretarias de vários estabelecimentos de ensino da área das casas de abrigo de vítimas de violência doméstica, para saber onde vai ficar matriculada a filha. O objectivo é descobrir o paradeiro da mãe, 30 anos, vítima de violência doméstica, escondida em casa de pessoas amigas e forçada a viver como uma refugiada enquanto a Justiça não chega.

A separação do casal nunca foi consensual. Durante vários anos, foi tolerando as relações extraconjugais do marido e acatando as agressões físicas e psicológicas que ele lhe exercia inclusive, quando estava grávida. Em Fevereiro de 2012 decidiu pôr um ponto final ao martírio e separou-se.

Volvidos sete meses, o indivíduo surgiu determinado a aproximar-se e reconquistá-la como um objecto. Todos os dias aparecia na EB 1.º Ci-

clo de Boliquireime, nas zonas altas de Santo António, com o pretexto de querer ver a filha. Aproveitava os contactos com a criança para chantageá-la no sentido de conseguir revelações sobre a vida privada da mãe: onde vive, com quem...

Entretanto, em meados de Novembro, convenceu a mulher a entrar no carro, juntamente com as filhas - na altura uma criança de sete anos e uma bebé de seis meses - com o pretexto de levar a mais velha ao cabeleireiro. Depois, passaram pelo apartamento dele, na Avenida da Madalena, em Santo António. Trançou a mulher na casa-de-banho, forçou-a a ter relações sexuais e gravou tudo numa câmara de filmar. Do outro lado da porta, as crianças gritavam num pranto: “Larga a minha mamã!”. Maria nunca mais esquece o dia 12 de Novembro.

A mulher denunciou o sucedido à Segurança Social no dia seguinte e avançou com a queixa-crime, uma de um rol de sete que estão a ‘amarelar’ no Ministério Público. Entrou, pela primeira vez, numa casa de abrigo para vítimas de violência doméstica. Foi o início de uma perseguição sem tréguas que condenaria a vítima a uma vida de enclausuramento, à conta da morosidade da

A CAUSA das COISAS

ESTE É UM DOS 976 CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA REGISTRADOS PELA POLÍCIA EM 2012

Justiça e da ineficácia das medidas de coacção aplicadas ao arguido.

Apesar de a localização das residências de abrigo ser matéria sigilosa, para protecção das vítimas, o homem conseguiu descobrir onde estava alojada a mulher e todos os dias, durante a madrugada, ia para a porta acelerar com uma moto de alta cilindrada, como forma de intimidação.

Em Dezembro, o Tribunal de Família e Menores do Funchal inibiu o pai de ver as filhas, atribuindo a responsabilidade paternal em exclusivo à mãe.

Mas, todos os dias, o homem confrontava-a à porta da escola, de manhã e à tarde, quando a mulher ia pôr e buscar a filha à escola. A direcção do estabelecimento de ensino teve de chamar a PSP, vezes sem conta, para impedir o indivíduo de contactar a miúda e de perseguir a mãe. Algumas vezes teve de ir para casa com escolta policial.

A primeira vez que Maria saiu da casa de abrigo foi para passar o Natal com a mãe. Na noite do dia 24 para 25, alguém lembrou-se de lhe deixar uma ‘prenda’: o carro que usava para transportar a filha para a escola, que lhe tinha sido emprestado por uma pessoa amiga emigrada no estrangeiro, amanheceu completamente destruído. O suspeito do crime entrou no condomínio privado, destruiu os vidros, riscou a pintura da carroçaria e cortou os pneus do automóvel. Maria entendeu a mensagem: “Agora se quiseres ir pôr a miúda à escola, vais ter de me pedir o carro”, interpreta a mulher.

“Ele entende que eu tenho de es-

Três novas queixas por dia por violência doméstica

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA REPRESENTA JÁ 14% DO TOTAL DE CRIMES NA MADEIRA

A violência doméstica, que já espantou o próprio comandante regional da PSP, superintendente Miguel Mendes, quando assumiu o Comando da Madeira no início do ano passado, representa 14% da criminalidade participada às forças de segurança na Madeira. A média nacional é de 8%.

A surpresa será tanto maior, depois de termos chegado ao final de 2012 com 976 crimes de maus tratos registados nas esquadras da Madeira.

Comparado com 2011, a subida foi de 2,6%, contrariando a descida generalizada (-10%) verificada na violência doméstica em todo o país. Pior só mesmo o distrito de Beja, que registou uma subida vertiginosa de 27%, fixando o número em 317 queixas-crime.

Todos os dias são denunciados na Madeira três crimes de maus tratos em meio familiar. Segundo os dados do Relatório da Anual de Segurança Interna (RASI) de 2012, a maioria (77%) chega ao conhecimento das autoridades por iniciativa das víti-

mas. Os vizinhos ou familiares contribuem no reporte de 9% dos casos às autoridades. O conhecimento directo das forças de segurança representa 4% das ocorrências e a denúncia anónima 3%.

De acordo com o RASI de 2012, em 44% das situações participadas foram sinalizadas crianças no meio familiar em conflito, o que confirma que os filhos acabam por ser o elo mais fraco e os mais prejudicados neste flagelo social ao qual está muito associado ao consumo de álcool e de drogas.

0,16% dos casos dão detenção

A violência doméstica levou à detenção de 417 indivíduos suspeitos em 2012, em todo o país, o que corresponde a 0,16% dos crimes participados.

Ainda que possa haver um suspeito de maus tratos em mais do que um processo-crime, este número não deixa de reflectir as dificuldades dos órgãos de polícia criminal em conseguir o flagrante delito necessário para dar voz de detenção aos agressores.

Ainda esta semana, o DIÁRIO relatou um caso de violência doméstica protagonizado por um homem de 39 anos, suspeito de ter agredido continuamente uma mulher dentro de um carro, durante o percurso entre Boaventura e Arco de São Jorge, na presença da filha de apenas 3 anos. Uma denúncia permitiu à PSP

NÚMEROS RELEVANTES

976

Participações de violência doméstica na Madeira

77%

A maioria dos casos são denunciados pela vítima, 9% por familiares e vizinhos e 4% por conhecimento das forças de segurança.

42%

Em quase metade das ocorrências participadas, foi assinalada a presença de menores.

deter o agressor em flagrante delito - uma raridade em crimes desta natureza.

Apesar de ser considerado crime público - bastando uma denúncia para que a intervenção policial aconteça - as forças de segurança e o Ministério Público deparam-se com dificuldades em reunir prova documental e mesmo testemunhal para levar ao banco dos réus os suspeitos. Por outro lado, cabendo o direito de queixa em exclusivo às vítimas, estas muitas vezes omitem o crime com medo de retaliações.

Mas o problema coloca-se também ao nível do controlo do cumprimento das medidas de coacção impostas pelo tribunal aos suspeitos, quando estes se mantêm em casa com todo o património em comumhão de adquiridos no seu usufruto e a vítima é forçada a sair e a viver num abrigo.

A lei até prevê a aplicação de medidas de coacção urgentes (até 48 horas) quando está em causa a integridade da vítima, a "celeridade processual" ainda que não haja arguidos presos e a utilização de meios técnicos de controlo à distância por monitorização telemática posicional, como a pulseira electrónica, "sempre que tal se mostre imprescindível para a protecção da vítima". No entanto, há uma diferença abismal entre a intenção do legislador e os recursos judiciais disponíveis.

MULHERES COM FOME E VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA PROCURAM APOIO JUNTO DA 'PRESENÇA FEMININA'

A 'Associação Presença Feminina' está a verificar um aumento no número de pedidos de apoio social a par da subida do número de vítimas de violência doméstica, o que revela que a fome e a crise económica das famílias muitas vezes partilham o mesmo tecto que os maus tratos.

"Começa a haver mais pedidos para apoio social do que para violência doméstica", revela ao DIÁRIO Helena Pestana, responsável pela associação que apoia as vítimas de violência doméstica.

Entre Janeiro e Agosto, a 'Presença Feminina' tinha referenciadas 350 famílias, das quais 115 eram vítimas de violência doméstica: 61 novos casos e 54 reavaliações que transitam de anos anteriores.

Actualmente, a associação está a apoiar 249 mulheres: 98 processos de violência doméstica e 151 pedidos de apoio social familiar, através da colaboração do Banco Alimentar Contra a Fome que disponibiliza diariamente bolos e pães.

A professora Helena Pestana está convicta que os 115 atendimentos



para pedidos de apoio (jurídico, psicológico e social), registados nos primeiros oito meses deste ano vão superar os números do ano passado, já que é no último trimestre (sobretudo na quadra de Natal) que o flagelo mais se manifesta. Em 2012, recorda, 133 vítimas de violência doméstica passaram pela 'Presença Feminina', 84 das quais pela primeira vez.

O aumento dos pedidos de apoio social reflectem as dificuldades económicas por que estão a passar as famílias, o desemprego e a perda do poder de compra. Quanto às vítimas de violência doméstica, Helena Pestana nota uma maior predisposição para denunciar. "Há uma maior consciencialização da mulher sobre o que é ser vítima e que este é um crime público", observa. Por outro lado, têm a noção de que há serviços de apoio que as podem ajudar a ultrapassar as adversidades. As vítimas estão melhor informadas e têm a percepção que a omissão de auxílio significa expor os filhos ao perigo. Muitas decidem abrir o jogo por eles.



tar sozinha, condenada à solidão com as minhas filhas, sem ter mais ninguém por perto, porque senão, vai continuar a perseguir-me e a destruir tudo", lamenta a vítima a obsessão do ex-marido que deixou de cumprir com os valores e com os prazos de pagamento da pensão de alimentos a que têm direito as filhas menores.

A Comissão de Protecção de Jovens e Crianças em Risco e a Segurança Social têm acompanhado este caso e têm noção do perigo que correm. A vítima diz que tem instruções para sair "camuflada" de casa. Mas, com duas crianças, nem com 'burka' passaria despercebida. Temendo pela integridade da mulher e das duas filhas menores, a Segurança Social chegou a propor-lhe que fosse transferida para uma casa de abrigo no Continente, o que implicaria a perda total de vínculos familiares, perante ameaças de morte que a vítima tem recebido.

"Estas paredes são o meu mundo", diz, triste pelo medo que a filha de 8 anos, que se atrasou na escola este ano, tem de sair à rua. Desolada por nunca ter proporcionado à pequenina de 1 ano e meio a experiência de passear pelo jardim ou de simplesmente ir ao parque.